

## **O ANO DA FRANÇA NO BRASIL: A CULTURA COMO INSTRUMENTO**

Ariane Dinalli Francisco<sup>1</sup>, Ana Luiza de Jorge Goulart<sup>2</sup> e Mariana Caldas Pinto  
Ferreira<sup>3</sup>

### **Resumo**

Em face da presente negociação militar entre o Brasil e a França, o artigo procura justificar a instrumentalização cultural presente no Ano da França no Brasil como meio pelo qual os dois países passam a consolidar uma experiência continuada de interação para facilitar, assim, a efetivação da cooperação e dos acordos propostos, tendo em vista o aumento de segurança e influência no Sistema Internacional. A partir dos conceitos apresentados pela teoria realista estrutural defensiva, vemos que a experiência continuada de interação racionalizada pelos atores promove uma maior previsibilidade de ação e diminuição de custos decorrentes da produção da cooperação, além de promover uma maior legitimidade de ação entre os atores e ganho de oportunidade de voz. O artigo pretende corroborar a hipótese de que as interações culturais funcionam como retórica política para que os Estados, submetidos a pressões sistêmicas, possam atingir a diferentes interesses nacionais.

### **Palavras-chave**

Ano da França no Brasil – Cooperação – Acordos militares – Instrumentalização da Cultura

---

<sup>1</sup> Ariane Dinalli Francisco é graduanda em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

<sup>2</sup> Ana Luiza de Jorge Goulart é graduanda em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

<sup>3</sup> Mariana Caldas Pinto Ferreira é graduanda em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

## Summary

In light of the military negotiations between Brazil and France, the article attempts to justify how culture is manipulated instrumentally in the Year of France in Brazil as a mean by which the two countries are consolidating a continuous experience of interaction, thus facilitating the cooperation's realization and agreements proposed in order to increase the security and the influence in the International System. From the concepts presented by the defensive realist theory, we see that the continuous experience of interaction rationalized by actors promotes greater predictability of action, reduces costs of the production of cooperation, promotes greater legitimacy of action between the actors and also provides a gain of voice opportunity. The article supports the hypothesis that the cultural interactions act as political rhetoric for states that, undergoing systemic pressures, may reach different national interests.

## Key- words

Year of France in Brazil – Cooperation – Military agreements – Instrumentality of Culture

## Résumé

En face des négociations militaires entre le Brésil et la France, l'article essaie de justifier comment la culture est manipulé instrumentalement dans l'Année de la France au Brésil comme un moyen par lequel les deux pays consolident une expérience continuée d'interaction, en facilitant de cette façon, la réalisation de la coopération et des accords proposé avec la finalité d'augmenté la sécurité et l'influence dans le système international. En partant des concepts présentés par la théorie du réalisme structurel défensif, nous voyons que l'expérience continuée d'interaction rationalisée par les acteurs favorise une plus grande prévisibilité de l'action, la réduction des coûts de production de la coopération, et de promouvoir une plus grande légitimité de l'action entre les acteurs et le gain d'opportunité de voix. L'article soutient l'hypothèse que les interactions culturelles peuvent agir comme rhétorique politique pour que les États, soumettants à les pressions systémiques, peuvent atteindre aux différents intérêts nationaux.

**Mots-clés**

L'Année de la France au Brésil – Coopération – Accords Militaires –  
Instrumentalisation Culturelle

## Introdução

A aproximação do Brasil e da França durante o governo Lula é realizada por meio de acordos e diálogos em alguns setores importantes dos dois Estados (setores econômico, cultural, político e militar). Ela também tem levantado diversos questionamentos acerca da real motivação pela qual o Brasil, que apresenta no seu histórico uma tendência a coordenar suas ações com os Estados Unidos, optou por um maior aprofundamento dos laços com a potência européia (Paiva, 2009).

Pode-se construir a relação entre a diversificação dos países com os quais o Brasil tem variadas relações e a consolidação da escolha da França como atual grande parceiro na entrada de Luis Inácio Lula da Silva na presidência (Paiva, 2009). Esta parceria aparenta ter como principal motivo a tentativa de um maior diálogo da França com os países da América do Sul e, principalmente, o desejo do Brasil em se consolidar como potência regional e aumentar sua influência no globo com ajuda de uma das cinco maiores potências mundiais.

Como exemplos mais atuais dessa relação, podemos citar o apoio da França à candidatura do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016; a atenção creditada ao G20, no qual o Brasil tem grande importância em meio ao cenário da crise econômica; o grande apoio dado à indicação do Brasil para uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU e mais dois fatos que serão os objetos de nosso estudo: o ano da França no Brasil e os acordos militares acerca da negociação da aquisição e venda de caças da França para o Brasil (Rudzit & Nagami, 2009).

O objeto do estudo tem como justificativa a insuficiência da literatura em relação ao tema em questão. Por ser tão atual a aproximação Brasil-França durante o governo Lula, ela ainda não foi amplamente trabalhada. Há, portanto, lacunas a serem preenchidas para total entendimento da causa e da motivação por trás do comportamento franco-brasileiro, principalmente no seu escopo acadêmico.

No aspecto acadêmico e teórico, existe uma possibilidade de diálogo do realismo com as questões contemporâneas do cenário internacional atual. Tal diálogo se faz necessário devido ao escopo limitado da teoria realista, que é criticada pela dificuldade em explicar a cooperação entre os Estados em áreas pouco contempladas pela teoria do

*mainstream*, tal como a cultural, já que aquela seria muito custosa ao Estado (Grieco, 1997).

Assim como o estudo da cooperação, o desenvolvimento do tema é relevante pelo fato de lidar com questões fundamentais das relações interestatais que constituem a problemática primeira para todas as linhas teóricas das Relações Internacionais, não só para o realismo. Uma nova visão sobre a influência da cultura ou da cooperação sobre acordos, interesses, meios de poder etc auxiliaria na compreensão do tema, além de abrir possibilidades para novos estudos.

A reflexão do evento no seu aspecto prático serve para mostrar o novo papel do Brasil como potência regional e da França como uma das grandes potências a buscar uma maior influência em regiões subdesenvolvidas ou emergentes. Ressalta-se, então, uma nova estratégia de racionalização do poder que revela como a cooperação com uma grande potência pode auxiliar uma potência média a ter uma melhor inserção mundial e também a mudança do conceito desse poder, no sentido realista, no cenário internacional (Paiva, 2009).

Diferentemente da linha de pensamento realista que abordaremos aqui, podemos citar diferentes visões do tema apresentado neste artigo, tanto em um aspecto mais geral da própria teoria realista quanto em trabalhos mais específicos, como a visão de outras linhas teóricas, chegando à literatura que leva em conta a política externa Brasileira, posteriormente, a trabalhos que focam exclusivamente as relações entre Brasil e França.

Apesar de diversas críticas em relação à limitação do realismo no que se refere ao uso da variável cultural em sua teoria, Michael Desh (1995) entende que não há razão para relegar teorias realistas, já que as variáveis culturais, vistas em segundo plano, são úteis como um suplemento dessas, e não como uma ameaça às mesmas. O autor ainda identifica, em três momentos nos estudos de segurança, a importância da cultura na segurança nacional e como ela explica o comportamento do Estado: durante a II Guerra Mundial (importância do caráter nacional); durante os anos 1970-1980, no contexto da Guerra Fria e, por fim, no pós Guerra Fria, quando há uma retomada no interesse em variáveis culturais.

Corroborar-se com o autor que as variáveis culturais são difíceis de definir e operacionalizar. Mais ainda, apesar de essas variáveis terem força explicativa para compreender o comportamento de um Estado, elas não podem explicar totalmente os

constrangimentos do sistema nos cálculos dos tomadores de decisão. Estados não são forçados a adotar um comportamento estrutural, mas, observando como os outros Estados moldam seu comportamento pelas pressões sistêmicas e obtêm vantagens na competição entre outros Estados, eles adotam o mesmo determinado comportamento em busca de benefícios próprios (Waltz, 1979).

Logo, as considerações culturais são insuficientes para definir a política externa de um país específico em um determinado período, mas as teorias realistas esperam que a cultura reflita a estrutura internacional (Desh, 1998). Entende-se que, devido às condições sistêmicas, o principal interesse do Estado é sua segurança e, para tanto, eles adotam posições defensivas para sobreviverem (Grieco, 1997). A estrutura do ambiente internacional condiciona que os Estados sejam agentes de auto-ajuda e, portanto, fatores culturais no programa neo-realista seriam irrelevantes ou, no máximo, instrumentos de interesse da segurança nacional, tal como o presente artigo irá evidenciar.

Abordando outro aspecto da questão, o diplomata Edgard Telles Ribeiro apresenta “Diplomacia Cultural” (1989). Esse se preocupa com a marginalização da cultura na agenda da política externa brasileira. O autor identifica a mudança da sociedade moderna; essa, resultante de uma extrema velocidade de circulação de fluxos e da importância política de que se reveste o processo de troca de idéias. O resultado da competição da nova demanda de intercâmbio econômico e cultural vai depender, para Ribeiro, do bem-estar e sobrevivência dos Estados (Ribeiro, 1989, p.13).

Comparando-o com o marco realista estrutural estabelecido no presente artigo, Ribeiro também estabelece que o Estado detém uma função primordial nos processos de aproximação internacional, já que ele controla o fluxo de troca de idéias entre os demais Estados (Ribeiro, 1989, p.15). É inegável que a transformação do mundo moderno em grandes redes coloque em choque distintas culturas entre si e possa ainda ameaçá-las. A grande observação que deve ser feita é de que a cultura pode ser uma retórica política e um instrumento de maximização de poder e influência dos Estados para garantir sua sobrevivência.

Para tanto, a idéia da diplomacia cultural como uma agente de contribuição da paz mundial por meio do fortalecimento de mecanismos de compreensão mútua terá um tratamento alternativo neste trabalho. Concorde-se com o autor em que a diplomacia cultural favorece a confiança entre países (Ribeiro, 1989), mas deve-se ressaltar que a

cooperação ainda é muito custosa aos Estados para que seja realizada espontaneamente; ao contrário, por trás dessa cooperação estão vinculados interesses estratégicos dos Estados, preocupados em manter a própria independência e autonomia (Grieco, 1997).

Gabriel Cepaluni e Tullo Vigevani, por sua vez, analisam em seu artigo a mudança trazida pela política externa do primeiro governo Lula da Silva (2003-2006) por meio de uma hipótese derivada do modelo de Hermann (1990, apud Cepaluni & Vigevani, 2007, p. 334-335). No artigo, a partir de um marco teórico construtivista, mostra-se que a “autonomia pela diversificação” seria uma forte tendência e a noção mais apropriada ao período analisado, concluindo que:

A política externa de Lula da Silva, em comparação com a de FHC, apresenta elementos de “mudança dentro da continuidade” (Lafer 2001b, p.108) ou simplesmente, como argumentamos, de ajustes e mudanças de programa (Hermann, 1990). (Cepaluni & Vigevani, 2007, p. 322).

Tal abordagem mostra-se pertinente devido ao recorte temporal tratado pelos autores; o primeiro governo Lula da Silva, durante o qual a cooperação sul-sul deu-se de forma coordenada à do governo FHC e a diversificação não fora ampliada, apesar de mantida.

Contudo, o escopo analítico dos autores é o primeiro governo Lula da Silva, devido à data de publicação desse artigo, deixando aberta uma porta para o estudo de situações posteriores e, englobando, a partir de 2005, o ano do Brasil na França, a busca por apoio de potências européias e a relevância de outras vertentes que não apenas a sul americana. Ainda, Cepaluni e Vogevani abordam o tema a partir de um marco teórico convencional no que tange à cooperação e à cultura, enquanto neste artigo, pretendemos transcender as barreiras do escopo do realismo estrutural ao aplicá-lo a questões anteriormente construtivistas.

As bibliografias sobre as relações diplomáticas entre França e Brasil revelam uma carência do tema ao longo do século XX. As causas para isso são identificadas devido ao próprio contexto político da Guerra Fria, que obrigou que problemáticas como cultura e cooperação fossem excluídas das agendas dos dois países, além da grande desconfiança por parte do governo francês resultante da instabilidade política no

Brasil (Dutra, s.d.). Contudo, os estreitamentos dessa relação entre os dois países se fortaleceram dinamicamente nos últimos anos, principalmente com o início do Ano do Brasil na França, e com a França alcançando a posição de 4º maior investidor externo direto do Brasil em 2001. (Missão econômica e financeira da embaixada da França no Brasil). A partir daí, o que presente artigo tenta compreender são os reais motivos dessa mudança de diálogo e também os interesses por trás disso.

Diante das áreas estratégicas em que a aproximação franco-brasileira se consolida, as atividades tanto no setor cultural quanto no setor militar culminam no questionamento: como a cooperação franco-brasileira durante o governo Lula em aspectos culturais abre espaço para a cooperação e aproximação nos aspectos militares entre os dois países?

É possível responder a esse questionamento pelo reforço dos aspectos culturais e a construção de uma maior aproximação dos atores em nível de identificação cultural que gera uma maior previsibilidade no comportamento dos Estados. A cooperação, neste aspecto, cria uma experiência continuada de interação que produz e permite um transbordamento das ações desse setor para a esfera de recursos estratégicos (o setor militar, no caso). Além disso, por meio dessa interação, o compartilhamento da identificação entre os atores traz a racionalização do poder, no sentido de uma maior legitimidade e um custo menor para os Estados na cooperação e ganho de oportunidade de voz aos mesmos, a fim de evitar a dominação indiscriminada de atores mais fortes.

Adotando uma lógica realista estrutural, Grieco busca explicar mecanismos que dificultam a cooperação entre os Estados, mecanismos esses que são pressupostos resultantes da anarquia do sistema, como a trapaça, a interdependência e os ganhos relativos (Grieco, 1997, p.175).

Estados não cooperam por viverem em um sistema anárquico, no sentido da ausência de uma autoridade central com maestria na regulação de atores, levando o sistema a constranger o comportamento dos mesmos. Como tal, a possibilidade de não haver punição de *cheating* nos acordos leva os Estados a evitarem cooperação, temendo que os outros traiam o acordo estabelecido. Ainda, como um estruturalista, Grieco ressalta que a interdependência causa vulnerabilidade ao Estado e como seu objetivo máximo é sobreviver, esses guiarão sua política por meio da maximização de capacidades e sempre buscarão ter superioridade em quesitos militares. Além disso, o



Estado irá comparar os ganhos recebidos numa cooperação com os ganhos das outras partes do acordo, ou seja, Estados sempre definirão sua política a partir da aquisição de capacidades dos outros Estados no Sistema (jogo de soma zero) (Grieco, 1997, p.174-176).

Contudo, Grieco não exclui totalmente a possibilidade de cooperação no sistema internacional. Mas para tanto, ele estabelece que a formação de alianças é condicionada à uma liderança hegemônica que, inserida no aspecto econômico da cooperação tem quem ser “(...)both able and willing to invest the resources and to bear the burden associated with the operation of such an economic order” (Krasner, 1976, p.317-347 apud Grieco, 1997, p.176).

Então, como atores dotados de racionalidade, eles são orientados por uma hierarquia de metas que definem suas políticas externas e pretendem atingir fins, como a sobrevivência, por meio de determinados meios que permitam sua autonomia no sistema (Grieco, 1997). Logo, o ano da França no Brasil não pode ser entendido simplesmente como uma intensificação do diálogo cultural entre os dois atores. O programa realista não prevê a simples manifestação cooperativa sem que haja interesses estratégicos envolvidos nos atos, afinal, essa manifestação é custosa e incerta, e Estados são sensíveis a custos.

Destarte, a variável dependente é o estreitamento das relações Brasil-França durante o governo Lula. As variáveis independentes são as considerações sobre os constrangimentos do Sistema Internacional que causam uma racionalização do poder, uma necessidade de ganho de oportunidade de voz e a necessidade dos Estados de garantirem a própria segurança. A partir daí, a variável interveniente observada é a instrumentalização da cultura, por meio da construção de uma identificação cultural que atua, portanto, como fonte de recurso estratégico.

Para isso, utilizaremos o Método qualitativo, focado no Estudo de caso, por meio da indução analítica. Apesar de o fato da questão ser geográfica e temporalmente limitada, buscamos a possibilidade de uma generalização de médio alcance de uma teoria feita a partir desse estudo, no sentido de buscar uma constante no comportamento dos atores, partindo da aplicação de um marco teórico nos dados coletados.

De acordo com o marco teórico adotado, consideraremos o nível sistêmico, pois analisarmos as políticas relacionadas ao ganho de oportunidade de voz e maximização do poder; este compreendido na influência no cenário internacional.

Para chegarmos a uma conclusão satisfatória, apresentaremos as vantagens pelas quais o Brasil e a França fizeram a escolha um pelo outro, o que permitiu grande visibilidade e cooperação em diversos setores dos Estados. Em seguida, teorizaremos a identificação cultural como meio de obtenção de uma experiência continuada de interação, chegando a uma maior previsibilidade do comportamento dos atores, e finalmente, alcançaremos a análise do transbordamento de tal interação.

Apesar das relações entre Brasil e França remontarem tanto a cooperação quanto ao estremecimento dessas, como na Guerra da Lagosta<sup>4</sup>, nota-se uma maior preocupação da política externa do governo Lula em abranger novos diálogos com atores alternativos do sistema e fugir do paradigma da política externa usualmente voltada aos EUA, mostrando a importância da cooperação com potências européias (Dutra, s.d.) Além disso, o momento se revela oportuno para tal estudo devido à grande visibilidade dessa relação na cooperação militar entre os dois países, por meio de um acordo firmado no ano de 2008<sup>5</sup> (Rudzit & Nagami, 2009).

Com plena consciência da atualidade do tema, faremos uso de notícias extraídas de periódicos brasileiros e da internet datados a partir do início do ano do Brasil na França (2005)<sup>6</sup> por marcarem o início da relevância da aproximação dos dois países. Tais recursos servem como fonte de informação, por acompanharem as mudanças e acontecimentos recentes que acercam o objeto de estudo. Desta forma, obteremos uma comprovação empírica do marco teórico que, por sua vez, será desenvolvido por meio da utilização de artigos e tratados firmados entre esses dois países, ajudando a entender tanto o desenrolar da cooperação propriamente dita quanto a

<sup>4</sup> A Guerra da Lagosta ocorreu em 1961, o Brasil proibiu pesca francesa do crustáceo no litoral da região nordeste (Pernambuco ao Ceará). Para a liberação da pesca, o governo francês se baseava na Convenção de Genebra de 1958, mas nem a França nem o Brasil a assinaram, o que gerou uma estagnação nas negociações.

<sup>5</sup> Acordo, firmado entre França e Brasil, de mais de seis bilhões de euros referentes à compra de cinquenta helicópteros e quatro submarinos.

<sup>6</sup> Evento realizado em 2005 em parceria com o então presidente francês Jacques Chirac e o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva onde houve grandes amostras de cultura brasileira na França e estreitamento econômico e cultural ente os mesmos países.

influência das questões culturais como meio de transcender para questões estratégicas, além de jogos dos interesses estatais englobando tal contexto.

Neste artigo apresentaremos uma análise do transbordamento da questão cultural para a militar, no que tange à cooperação Brasil-França. Primeiramente, explicaremos os motivos pelos quais o Brasil escolheu a França como seu novo principal parceiro e discorreremos brevemente sobre o que levou a França a optar pelo Brasil como aliado. Em seguida, faremos uso de uma construção da identificação dos países em aspectos culturais, que permitirá chegarmos à conclusão de nossa terceira parte: o transbordamento da aproximação cultural para a iniciativa militar, mais especificamente à negociação de compra dos jatos RAFALE da França pelo Brasil.

### **Brasil e França: mera coincidência?**

Os atos bilaterais assinados entre o Brasil e a República Francesa remontam ao início do século passado e envolvem as mais variadas questões, como o Acordo Cultural, em vigor desde 1950, Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 1965 e Acordo para um Programa de Desenvolvimento e Modernização das Telecomunicações no Brasil de 1966 (Atos em Vigor Assinados com a República Francesa, 2009). No entanto, é a partir do segundo governo Lula que essa relação se mostra visível a ponto de se tornar foco de notícias e um dos objetivos primários da Política Externa Brasileira (Paiva, 2009).

A aproximação envolve questões estratégicas como a Declaração sobre Biocombustíveis (Atos em Vigor Assinados com a República Francesa, 2009) e a assinatura de contratos de mais de seis bilhões de euros relativos à venda de quatro submarinos convencionais e 50 helicópteros militares de transporte em dezembro de 2008 (Junior, 2008). Além disso, envolve a abordagem cultural do ano do Brasil na França em 2005 e o ano da França no Brasil em 2009.

O Brasil, por ser um ator racional, autônomo e unitário, é guiado por metas estabelecidas por meio de uma estruturação hierárquica das mesmas e, para alcançá-las, o Estado brasileiro calcula custos e benefícios de maneira a tentar adotar o caminho mais proveitoso e lucrativo (Grieco, 1997). Ao optar pela França como sua parceira, tal cálculo fora realizado e seu desenrolar envolve um amplo número de questões a serem consideradas. Uma das prioridades do Estado no sistema anárquico é a busca pela

maximização da sua segurança. Além de buscar segurança, os Estados buscam também uma maior oportunidade de voz (influência) no Sistema. Assim, vemos a busca tanto do Brasil quanto da França em maximizar sua segurança em relação à América Latina e obter oportunidade de voz no Sistema como um todo.

Devido à configuração anárquica do Sistema Internacional (Grieco, 1997), potências médias como o Brasil precisam buscar maneiras de se inserir no contexto de tomada de decisões a fim de garantir sua segurança (Grieco, 1997). Apresenta-se um enorme desejo brasileiro em confirmar sua posição como líder regional e pavimentar o caminho rumo ao tão sonhado status de grande potência (Damasceno, s.d.) garantindo assim não só sua segurança, mas também sua autonomia e independência, conceitos tão caros aos Estados (Grieco, 1997).

O crescimento brasileiro das últimas décadas e seu caminho rumo à consolidação de sua posição como potência regional são notáveis. O analista militar chileno Raúl Söhr vê no Brasil uma “ambição latente” de ocupar o lugar dos EUA no subcontinente (Söhr apud Antunes, 2009). Somando tal desejo ao fato de nenhum país sul americano possuir capacidade em longo prazo para competir com as aquisições recém-anunciadas pelo Brasil e com a produção autônoma que o país pretende desenvolver por meio da transferência de tecnologia francesa (Antunes, 2009), o acordo militar firmado com a França expressaria o desejo brasileiro de maximizar as lacunas de poder entre ele e os demais Estados da América do Sul, aumentando assim suas capacidades relativas para consolidar sua segurança no continente (Grieco, 1997).

Para trilhar esse caminho, o Brasil necessita ampliar suas relações e contar com o apoio de Estados mais influentes. A França se encontra no ranking das cinco maiores potências mundiais, possui assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, e é um dos pilares da União Européia. Tais argumentos parecem ser suficientes para caracterizá-la como parceira ideal em nível estratégico. Contudo, as vantagens oferecidas pela República Francesa vão além das habitualmente consideradas e envolvem questões mais profundas, como energia, transferência de tecnologia e educação. Tais vantagens podem significar uma maior interação cultural e de cooperação que se transformam em recursos de poder.

No que tange à ampliação brasileira das capacidades militares, além do interesse de consolidação como potência regional, questões energéticas entram em jogo. A

Estratégia Nacional de Defesa, divulgada em dezembro último, justifica a renovação do arsenal brasileiro como um ajuste da capacidade militar do país à sua "estatura político-estratégica".

A compra de armas de "dissuasão", incluindo os 36 caças que também podem vir da França<sup>7</sup>, é vinculada não a um inimigo específico, mas a um cenário futuro em que, na corrida global por recursos, será preciso proteger as reservas de água e energia, principalmente na Amazônia e no litoral (Antunes, 2009).

A França fora escolhida para a compra dos submarinos e helicópteros pelo mesmo motivo pelo qual os aviões RAFALE estão à frente das negociações atuais (France Press, 2009): A disposição em compartilhar tecnologia. O presidente Lula expressa seu entusiasmo em declarações como "A França se mostrou como o país mais flexível na questão da transferência de tecnologia, e obviamente essa é uma vantagem comparativa excepcional" e "Um país do tamanho do Brasil não pode comprar um produto de outro país se esse país não passar a tecnologia" (Silva, apud France Press, 2009). O ministro da Defesa Nelson Jobim acrescenta que o histórico americano em transferência de tecnologia tira a simpatia do governo em relação à proposta da Boeing, pois o que é desejado é a capacitação nacional (Jobim, apud Surcusal, 2009) necessária para, além de garantir segurança, manter a autonomia de decisão e a independência de ação. Tal escolha, baseada na transferência de tecnologia, mostra a dimensão do interesse brasileiro em se firmar como potência e em ganhar oportunidade de voz no sistema (Grieco, 1997).

Ainda, para acompanhar tal desenvolvimento, o Brasil precisa suprir suas demandas por energia. A escolha da França como parceira pode residir também na assinatura da Declaração Sobre Biocombustíveis em 2006, na qual os dois países se propõem a disseminar conjuntamente as tecnologias nesse setor e convidam a comunidade internacional a responder ao desafio do aumento do preço do petróleo (República Federativa do Brasil & República Francesa, 2006). Como o Brasil possui os recursos necessários para a produção de Biocombustível, tal estímulo apresentaria uma

---

<sup>7</sup> No momento, avião Rafale, da empresa francesa Dassault, compete em uma acirrada licitação com o Gripen da sueca Saab e o F/A18 Super Hornet da americana Boeing por um contrato de quatro bilhões de dólares, que envolve a compra pelo Brasil de 36 aeronaves.

grande vantagem comparativa no nível da ampliação de sua autonomia e independência (Grieco, 1997).

Observam-se também outras áreas onde a cooperação é realizada. É interessante analisar também o caso Rio Oiapoque. Desde 2001, existe um projeto de construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque que liga o município brasileiro homônimo à cidade francesa Saint-Georges localizada na Guiana Francesa. Contudo, tal projeto não saiu do papel até que, em 2006, as repúblicas assinaram um decreto se comprometendo a cumprir com o acordado em 2001 (República Federativa do Brasil & República Francesa, 2007). Tal comprometimento evidencia o interesse mútuo de maior inserção e aprofundamento das interações no nível físico, trazendo mais possibilidades de diálogo e racionalização de poder no que tange a cooperação direta e maior previsibilidade de comportamento (Grieco, 1997).

Não só de *Hard Power* se sustentam as vantagens apresentadas pela França ao Brasil. O Protocolo de Cooperação sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino de 2006 e o Protocolo sobre Cooperação no Domínio do Ensino Profissional de 2008 (Atos em Vigor Assinados com a República Francesa, 2009) revelam o intercâmbio cultural usado como *Soft Power*. Tais protocolos ilustram a importância de estratégias de diferentes naturezas, para que no fim possam promover segurança e manter sua posição no sistema (Grieco, 1997). O estreitamento dos laços e intenções no âmbito militar já se fazia presente nos momentos das assinaturas dos protocolos, evidenciando o desejo de acostumar paulatinamente as populações dos países à presença um do outro por meio de um fluxo de troca de idéias (Ribeiro, 1989, p.15). Dessa forma, a aproximação militar posterior seria natural e continuada, amenizando os grandes custos da cooperação relatados por Grieco (1997).

Finalmente, torna-se relevante fazer uma análise mais profunda da necessidade de abrangência de relações por parte do Brasil. É de interesse brasileiro afirmar uma política sem a hegemonia americana (Filho apud Folha Online, 2009) para escapar da dependência que tal sistema causa, impedindo-o de tomar decisões estratégicas considerando apenas o próprio interesse (Grieco, 1997). Ansia um apoio interno da União Européia é de grande importância para tanto; logo, o apoio francês na campanha para obtenção brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, torna a França a melhor opção como parceira européia. O assento permanente implica

ganho de oportunidade de voz que, juntamente à posição na América do Sul, fará com que o Brasil diminua as assimetrias de poder entre ele e as grandes potências no sistema internacional, além de aumentar sua influência no cenário mundial.

No que tange à França, o interesse se mostra recíproco, pois, além da venda de armamentos implicar em um maior aquecimento de sua indústria bélica (Paiva, 2009), a relação próxima com o líder da América Latina e do MERCOSUL nada mais indica do que um aumento na sua influência nessa região, abrindo possibilidades de negociar com outros países sul americanos. Ainda, o apoio da América do Sul enfatiza sua importância no cenário internacional e encaminha tal grande potência a uma posição cada vez mais forte, consolidada e permanente no contexto do Sistema. Além disso, tal interação, além de aumentar a previsibilidade de ação garantindo segurança (Grieco, 1997), permite que a França exerça seu poder de forma mais legítima nos diferentes níveis de intervenção.

Desta forma, entendendo o Brasil como ator racional que leva custos em consideração e está sempre buscando maximização de poder a fim de promover sua segurança (Grieco, 1997), a escolha da França como parceira atende às demandas do interesse nacional brasileiro e se apresenta como a escolha mais apropriada em comparação com as outras possibilidades. Inserido nesta estratégia, existe também um diálogo franco-brasileiro no setor cultural, representado mais explicitamente pelo ano do Brasil na França e pelo ano da França no Brasil, respectivamente. A importância de um diálogo cultural concerne no fato de esse representar a aproximação dos dois países em relação à sua identificação como uma experiência continuada de interação. Tal comportamento será esmiuçado na próxima seção.

### **Cultura: a continuação da política por outros meios?**

A definição de cultura é dotada de controvérsias devido ao caráter abstrato e intangível. A antropologia a entende como uma soma de hábitos, costumes e realizações de uma comunidade ao longo da sua história. Adotaremos aqui a definição de cultura como um conjunto de sistemas de valores e representações que determinam o comportamento dos membros de um grupo, permitindo que esse grupo afirme sua identidade (Merle, 1985, p.1 apud Ribeiro, 1989, p.19). Daí, então, ressalta-se a previsibilidade do comportamento de outro ator por meio da sua identidade, para que

não haja trapaças em acordos tanto bilaterais quanto multilaterais, já que, num sistema sem uma autoridade central, as condições de cooperação são ameaçadas pelos altos custos aos Estados (Grieco, 1997, p.174-175).

Após o contexto de Guerra-Fria, é identificada uma mudança na natureza dos interesses dos tomadores de decisão. Atualmente, observa-se uma insatisfação com as explicações realistas sobre o comportamento dos Estados, o que resulta numa grande demanda por teorias que expliquem as variáveis culturais (Desch, 1998, p. 144). Porém, o impacto das pressões sistêmicas ainda influencia as ações dos atores e, em essência, o que ainda guia os objetivos dos Estados é a manutenção da sua sobrevivência (Grieco, 1997, p.165-167).

O evento francês no Brasil em 2009 foi resultado da busca por uma maior segurança no sistema anárquico entre esses dois atores por meio da cooperação bilateral. Todavia, o que é relevante nesse acordo é a instrumentalização da cultura para reforçar bases duradouras de confiança e respeito mútuo, já que acordos de outras naturezas são mecanismos transitórios e inseguros de compromisso. (Ribeiro, 1989, p.34). Portanto, a cultura pode ser entendida como um instrumento de maximização de segurança para melhor explicar a dinâmica dos interesses nacionais (Desch, 1998, p. 169).

A França se destaca por ter sido vanguarda de um diálogo estreito entre cultura e política externa. Sua política externa se preocupa desde 1910, com criação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na expansão da própria língua e cultura em outros países (Ribeiro, 1989, p.53). Portanto, como ator racional no sistema internacional, a França utiliza-se de mecanismos que fortaleçam a sua sobrevivência impedindo, assim, que ocorram possíveis imperialismos culturais.

A diplomacia cultural realizada com os dois países é exemplificada nas práticas de promoção da arte e dos artistas, ensino de língua como veículo de valores, distribuição integrada de material de divulgação, apoio a projetos de cooperação intelectual, apoio a projetos de cooperação técnica e mutualidade na programação. É evidente que tais práticas terão que considerar as variações com as realidades de cada país e sua disponibilidade de determinados recursos (Ribeiro, 1989, p.21).

Contudo, o intercâmbio cultural entre Brasil e França, ao transferir experiências, idéias, tecnologias e patrimônios, estabelece mecanismos de compreensão mútua e facilita o entendimento desses dois atores (Ribeiro, 1989, p.24). A experiência



continuada de interação torna previsível o comportamento desses países e diminui as incertezas que provêm da cooperação.

O Ministério dos Assuntos Exteriores e Europeus em conjunto com representantes do governo brasileiro são os organizadores da efetivação do Ano da França no Brasil, tanto em aspectos organizacionais quanto orçamentários. As principais cidades brasileiras foram palco de mostras de cinema francês contemporâneo, exposições de artes plásticas francesas e grandes centros de discussões culturais por meio da mídia, envolvendo, portanto, uma participação de todos os tipos de público nos eventos (MEC, s.d.). Houve também, por parte do governo francês, a curiosidade em identificar culturas regionais brasileiras e apoiá-las em vários projetos estabelecendo, assim, diálogos entre artistas brasileiros e franceses.

Estados são atores racionais em meio a um sistema, extremamente sensíveis a custos, além de serem constrangidos pela anarquia de adotarem mecanismos de cooperação devido aos altos custos da mesma (Grieco, 1997, p.165-166). A intensa cooperação cultural entre o Brasil e a França só se justificaria pelos interesses estratégicos dos mesmos. Afinal, o custo material nos orçamentos de eventos culturais no Brasil não realiza um retorno imediato e nem mesmo um resultado visível, ocorrendo um grande fundo perdido<sup>8</sup> para o país (Ribeiro, 1989, p.45). Os objetivos dessa projeção cultural acarretam necessariamente a consecução de seus objetivos nacionais, como por exemplo, a consolidação da presença brasileira no cenário mundial.

A cultura, como condicionante da previsibilidade comportamental no sistema internacional, é uma forma de aprofundamento da realidade de um Estado para melhor compreender sua postura nesse cenário anárquico. O que se propõe a investigação cultural é a transformação de simples mecanismos de penetração ideológica em instrumentos essenciais de cooperação internacional (Northrop, 1952 apud Ribeiro, 1989, p.42). Os países Brasil e França identificam elementos culturais do outro para direcionar com maior precisão a própria política externa e garantir suas posições defensivas.

Compreende-se aqui a distinção entre a política externa cultural e a diplomacia cultural proposta por Ribeiro (1989):

Considera-se que as relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica. (Ribeiro, 1989, p.23).

As intensificações de práticas culturais que remetem ao Estado francês nada mais são do que o aumento da possibilidade de acordos de outras naturezas entre o Brasil e a França para efetivar a impossibilidade de trapaças e produzir previsibilidade por meio de uma sedução cultural.

Logo, os eventos culturais são entendidos aqui como uma instrumentalização da cultura por meio da diplomacia cultural, afim de que interesses estratégicos, tanto do Brasil quanto da França, sejam alcançados plenamente, sem que isso envolva riscos. O processo de investigação cultural permite uma maior previsibilidade do comportamento do outro ator e guia uma maior efetividade de outras esferas de poder, como será analisado no próximo setor.

### **Da dimensão cultural à militar: concepções sobre a cooperação militar franco-brasileira**

A partir da identificação cultural formada pela presente relação entre o Brasil e a França, podemos considerar diversos eventos e implicações que se deram no governo Lula e que significaram o efetivo transbordamento da cooperação cultural para as negociações que constituem acordos militares propriamente ditos.

É conveniente, porém, apresentarmos algumas considerações do realismo estrutural no que tange à necessidade e dificuldade da cooperação entre Estados. No momento em que vemos a cultura como uma variável interveniente da teoria realista (Desh, 1998), é possível avaliar a cooperação entre Estados e, no caso, a cooperação Brasil-França como resultante das pressões sistêmicas do cenário internacional nas quais a variável da cultura é inserida.

---

<sup>8</sup>. Termo econômico relativo a gastos que não representarão retorno material ao agente;

A incerteza e a trapaça são apresentadas por Grieco como obstáculos para a cooperação. A teoria neo-realista considera igualmente a necessidade de autonomia dos Estados e a preocupação com os ganhos relativos, fatores esses que dificultam a cooperação no Sistema (Grieco, 1997, p.174-177)<sup>9</sup>.

Uma vez ultrapassados os obstáculos que dificultam a cooperação e se apoiando no conceito de auto-ajuda<sup>10</sup>, vemos que o Brasil e a França criaram estratégias de aproximação nos quais estão inseridos diversos tratados e acordos que são, simultaneamente, causa e consequência da preferência do Brasil e da França em firmá-los. Também permitiu aos países maior interação com confiança no sistema internacional tornando viável uma forte rede de cooperação. Tal fato demonstra um ganho na racionalização da segurança dos dois países, visto na criação de meios que levam em conta as metas estabelecidas acerca dos interesses dos Estados (Grieco, 1997).

A cooperação franco-brasileira apresentada que une diversos setores institucionais acaba gerando, portanto, uma experiência continuada de interação e faz com que os Estados em questão criem identificações entre eles. Isso é crucial para permitir que os Estados tenham expectativas de que seus interesses não serão feridos nem prejudicados.

Além de construir uma base de cooperação, vemos também que o esforço, tanto do Brasil quanto da França, reflete a tentativa mútua dos dois países em estabelecer uma experiência continuada de interação e, além disso, abranger o escopo de colaboração e influência com outros países no sistema (Paiva, 2009).

Logo, os tratados militares permitem uma grande aproximação do evento com a teoria realista apresentada. A negociação da compra dos caças RAFALE e a

---

<sup>9</sup> Maior explicação sobre obstáculos e realização da cooperação pelos Estados em GRIEGO, Joseph M. *International Theory and the Study of World Politics*. In: DOYLE, M.; IKENBERRY, G. John (Ed.). **New Thinking in International Relations Theory**. Boulder: Westview Press, 1997, p. 163-201.

<sup>10</sup> “*To achieve their objectives and maintain their security, units in a condition of anarchy- be they people, corporations, states, or whatever- must rely on the means they can generate and the arrangements they can make for themselves. Self-help is necessarily the principle of action in an anarchy order*” (Waltz, 1979 apud Grieco, 1997, p.165). Uma vez ultrapassada as problemáticas da cooperação, os Estados vêem benefícios na própria aproximação a fim de perseguir interesses comuns. Assim, utilizando o princípio de auto-ajuda, Grieco explica que: “*to ensure their security states prefers to have a ‘robust’ military force structure*” (Grieco, 1997, p. 174). Além de grande força naval, Estados necessitam também de grande força terrestre e aérea, mostrando assim o desejo dos Estados de maior autonomia desse setor (Grieco, 1997, p.174).

transferência de *know-how* obtido a partir da transação comercial servem de justificativa para diferentes aspectos teóricos existentes implícitos do fato. Os princípios mais visíveis da compra de tecnologia militar pelo Brasil são os de ganhos relativos e interdependência apresentados por Grieco (1997).

O Estado é sensível à dependência de outros atores já que o tornaria mais vulnerável a *cheating*, principalmente no segmento militar. Por isso, é necessário refletir acerca da compra de helicópteros e submarinos, além da negociação dos caças RAFALE. À primeira vista, o interesse brasileiro em aprimorar a tecnologia militar pode significar uma mera transação comercial e atualização de tecnologia estratégica. O que vemos, porém, é a estrutura do Sistema Internacional e as relações entre os diversos atores do mesmo constringendo o país a se adaptar à realidade.

Um desses constringimentos é a ameaça do atual comportamento de alguns países da América do Sul em relação à manutenção de uma ordem no continente. A partir daí, podemos especificar o comportamento que o Brasil apresentou em resposta a esse fato como a preocupação acerca das capacidades relativas<sup>11</sup> que Grieco (1997) menciona em seu trabalho.

A partir do cálculo custo/benefício do Brasil e da França, condicionados a ganhos e capacidades relativas, a cooperação acabou por ser efetivada na forma como é vista no momento<sup>12</sup>, o que é objeto de nosso estudo, tanto no setor cultural quanto no militar, além de estar presente da mesma forma no setor econômico, educacional etc.

A ameaça dos países sul-americanos, da mesma maneira em que obriga o Brasil a abrir seu leque de cooperação pelos motivos explicitados anteriormente, pode trazer também uma nova abordagem do desejo brasileiro de se tornar influente nesse pedaço do continente.

Adiciona-se, ainda, a tentativa brasileira em se tornar uma hegemonia regional<sup>13</sup> na América do Sul. De acordo com Mearsheimer (2001), tal deverá ser obtida no

---

<sup>11</sup> O posicionamento acerca da América do Sul representar uma possível ameaça ao Brasil e sua ligação com as capacidades relativas já foi anteriormente apresentado no artigo.

<sup>12</sup> No momento em que existe tal oportunidade é realizado um questionamento em relação aos ganhos dos Estados que irão cooperar: “Os dois irão ganhar igualmente? Quem ganhará mais?” Após um cálculo custo/benefício, o Estado resolverá se irá cooperar ou não (Grieco, 1997, p. 174-175). Em tal cálculo é inserido a busca destes Estados da oportunidade em maximizar ou minimizar lacunas de segurança do próprio ou de outros Estados.

<sup>13</sup> Para Mearsheimer (2001), um Estado não cessa de maximizar seu poder porque é incapaz de saber até que ponto outro Estado está fazendo o mesmo; Eles agem assim para não serem subjugados uns pelos

momento em que o país conseguir prevalência militar na região e forças terrestres poderosas. Portanto, é passível de discussão uma possível obtenção de um papel hegemônico pelo Brasil pelo auxílio de processos de interação continuado por meios culturais, já que só assim foi possível o sucesso de uma cooperação militar entre o Brasil e a França sem impor custos sobre tais países.

## Conclusão

Conclui-se que a cooperação cultural, como variável interveniente das relações franco-brasileiras, nada mais é que um pano de fundo e apoio para a criação de uma cooperação em nível estratégico entre os dois países. Especialmente no que concerne ao Brasil, essa cooperação permite que o país adquira tanto oportunidade de voz, que o ajuda a ter importância e influência no Sistema Internacional, quanto capacidades estratégicas e tecnológicas. Esse último significando, a partir do desenvolvimento da teoria neo-realista, a busca pela preponderância do país na região. Esse ganho de importância nos termos realistas é visto como segurança e resume toda a aspiração dos Estados dentro do sistema internacional. Segurança é possibilidade de influência e previsibilidade é o conceito pelo qual os interesses dos Estados convergem.

O Ano da França no Brasil é um processo iniciado com o Ano do Brasil na França, com o intuito desses dois atores de terem maior previsibilidade nas atitudes do outro. Só assim seria possível a diminuição de riscos em acordos estratégicos, o que possibilitaria à França e ao Brasil atingirem interesses nacionais distintos. A cooperação é custosa e incerta, mas ela é possível na medida em se torna a medida racional para os Estados. O que se destacou foi que a cultura foi um meio para aumentar a confiança em outros acordos de naturezas diferentes.

Por fim, analisamos a cultura como variável interveniente que possibilita a compreensão do comportamento de um Estado específico; contudo, essa variável reflete o ambiente estrutural e Estados estão condicionados por pressões sistêmicas. Os aspectos culturais não devem ser o limite para se compreender o realismo estrutural. É

---

outros. Como complemento dessa aceção, o autor adiciona o fato de que um Estado só vai parar de maximizar seu poder no momento em que se torna uma hegemonia global. Contudo, Mearsheimer aponta para a impossibilidade de qualquer Estado tornar-se uma hegemonia global, sendo possível obter apenas o status de hegemonia regional (Mearsheimer, 2001).

necessário que tais aspectos sejam analisados com mais cautela, pois, muitas vezes, eles nada mais são do que uma expressão de retórica política.

## Bibliografia

ADGHIRNI, Samy. Lula se reunirá com Sarkozy em fevereiro na Guiana Francesa.

**Folha de S. Paulo**, jan. 2008. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1801200817.htm>> Acesso em: 11 nov. 2009.

ANTUNES, Cláudia. Armas põem em questão relação Brasil-EUA. **Folha de S. Paulo**, Publicado em: 06 set. 2009. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1309200901.htm>> Acesso em: 11 nov. 2009.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Atos em vigor assinados com a República Francesa. **Ministério das Relações Exteriores webpage**. Disponível em:

<<http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm>> Acesso em: 10 nov. 2009.

CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, verão 2007. Disponível em: □<http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/CGI/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=454&sid=□>. Acesso

em: 21 out. 2009.

DAMASCENO, Márcio. Especialistas alemãs vêem com ceticismo cooperação militar Brasil-França, **Deutsche Welle**, s.d Disponível em: □<http://www.dw-world.de/popups/popup-printcontent/0,,4637843,00.html□>. Acesso em: 01 nov. 2009.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula; SARKOZY, Nicolas. Declaração Conjunta de Saint-Georges de l'Oyapoc, 12 fev. 2008. **Assessoria de Imprensa do Gabinete do Itamaraty**. Disponível em:

[http://www.itamaraty.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=5126□](http://www.itamaraty.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=5126□). Acesso: em 25 out. 2009.

DESH, Michael C. Cultural Clash: Assessing the Importance of Ideas in Security Studies. **International Security**, vol. 23, n. 1, p. 141-170, verão 1998.

DUFFIELD, John; FARREL, Theo; PRICE, Richard; DESCH, Michael. Isms and Schisms: culturalism versus realism in security studies. **International Security**, v.24, n.1, p.156-180, verão 1999.

DUTRA, Juliana. As relações diplomáticas entre o Brasil e a França. **FUNDAJ webpage**, s.d. Disponível em:

□[www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.navigationervlet?publica](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.navigationervlet?publica)

tioncode= 16&pagecode=377&textcode=4336&date=currentdate□. Acesso em: 25 out. 2009.

FRANCE PRESS. Lula expressa preferência por avião francês Rafale para renovar frota. **Folha Online**, set. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u618994.shtml>> Acesso em: 11 nov. 2009.

GISOLDI, Robson; ENNES, Juliana. França já é o quarto país que mais investe no Brasil. **Diário Comércio Industrial e Serviços**, s.d. Disponível em: □[http://www.dci.com.br/noticia.asp?id\\_editoria=7&id\\_noticia=251872&editoria=□](http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=7&id_noticia=251872&editoria=□). Acesso em: 01 nov. 2009.

GRIEGO, Joseph M. International Theory and the Study of World Politics. In: DOYLE, M.; IKENBERRY, G. John (Ed.). **New Thinking in International Relations Theory**. Boulder: Westview Press, 1997, p. 163-201.

JUNIOR, Cirilo. Lula e Sarkozy assinam acordos comerciais e militares no Rio. **Folha Online**, dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u482625.shtml/>> Acesso em: 11 nov. 2009.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great Power politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.

MEC. **Ano da França no Brasil Webpage**, s.d. Disponível em: <<http://anodafranca.nobrasil.cultura.gov.br/br/institucional>> Acesso em: 25 out. 2009.

MERLE, Marcel. **Forces et engeux dans les Relations Internacionales**. 2ª edição. Paris: Economica, 1985.

Missão econômica e financeira da embaixada da França no Brasil: A presença francesa no Brasil, mais forte e mais diversificada. **Missão Econômica e Financeira da Embaixada de França no Brasil**, nov. 2002. Disponível em: □<http://www.afnf.com.br/Apoio/diplomacia06-presencabr.htm>□. Acesso em: 31 out. 2009.

NORTHROP, F.S.H. **The taming of the nations**. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1952.

PAIVA, Joaquin. Entrevista concedida à Ana Luiza de Jorge Goulart, Ariane Dinalli Francisco e Mariana Caldas Pinto Ferreira. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 23 out. 2009.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA FRANCESA. Acordo Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque Ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, 15 jul. 2007. **Ministério das Relações Exteriores webpage**, s.d. Disponível em < <http://www2.mre.gov.br/dai/bifrance.htm>> Acesso em 11 nov. 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; REPÚBLICA FRANCESA. Declaração Sobre Biocombustíveis, 25 mai. 2006. **Ministério das Relações Exteriores webpage**, s.d. Disponível em < [http://www2.mre.gov.br/dai/b\\_fran\\_183\\_5769.htm](http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_183_5769.htm)> Acesso em 11 nov. 2009.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

RUDZIT, Gunther; NAGAMI, Oto. Relações Estratégicas Brasil-França: questões a serem respondidas. **Meridiano 47**, s.d. Disponível em: <http://meridiano47.info/2009/09/15/relação-estrategica-brasil-frança-questoes-a-serem-respondidas-por-gunter-rudzit-oto-nagami/>. Acesso em 25 out. 2009.

SUCURSAL. Quem restringir tecnologia está fora: diz Jobim sobre caça. **Folha de S. Paulo**, out. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200922.htm>> Acesso em 11 nov. 2009.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1979.